

## Acerca da Repartição Funcional do Rendimento na Economia Portuguesa

### On the Functional Income Distribution in the Portuguese Economy

Alexandre Abreu

Received for publication: July 3, 2019

Revision accepted for publication: Janeiro 31, 2019

#### **ABSTRACT**

Based on an empirical analysis of the evolution of the labor share of income in Portugal between 1960 and 2017, this article proposes an interpretation of the evolution of the functional distribution of income in the Portuguese economy which is characterised by the existence of different characteristic periods. Depending on the period, we find empirical evidence of the existence of strong and significant associations between the functional distribution of income and the real GDP growth rate, the inflation rate and the unemployment rate, respectively. These findings suggest the succession of different regimes regulating the functional distribution of income in the Portuguese economy, which go from countercyclical to procyclical over time.

Keywords: Functional distribution; income; wages; profits; labor share; Portugal.

**JEL Classification:** E25; J30.

#### **RESUMO**

Este artigo analisa empiricamente a evolução da parte dos salários no rendimento em Portugal entre 1960 e 2017, propondo uma grelha de interpretação da evolução da repartição funcional na economia portuguesa caracterizada pela existência de diferentes períodos. Consoante o período em questão, os resultados empíricos revelam a existência de associações fortes e significativas da evolução da repartição funcional com a taxa de crescimento real do PIB, com a taxa de inflação e com a taxa de desemprego, respetivamente. Estes resultados sugerem a sucessão ao longo do tempo de diferentes regimes de regulação da distribuição funcional do rendimento na economia portuguesa, que passam de contracíclicos a procíclicos no decurso do período em análise.

Palavras-chave: Repartição funcional; rendimento; salários; lucros; labor share; Portugal.

## 1. INTRODUÇÃO

A repartição funcional do rendimento – isto é, a questão da sua distribuição primária pelos diferentes fatores de produção e em particular entre rendimentos do trabalho (salários) e rendimentos do capital (lucros, juros e rendas) – é um dos grandes temas da economia política desde os seus primórdios. David Ricardo, numa passagem famosa do prefácio dos *Princípios de Economia Política e de Tributação*, chegou mesmo a afirmar que a determinação das leis que regulam a distribuição do produto pelas diferentes classes seria “a principal questão da economia política” (Ricardo, 2001[1817]: 5; Sandmo, 2015). Com efeito, são vários os motivos que justificam o interesse recorrente pelo tema desde os economistas clássicos, incluindo a sua relação com as dinâmicas de acumulação de capital, crescimento económico e procura agregada ou o seu papel enquanto determinante da desigualdade interpessoal.

Após algumas décadas de relativa secundarização desta problemática, tem-se assistido nos últimos anos a um período de renovado interesse a nível internacional, tanto no contexto da atenção acrescida às questões da desigualdade e distribuição de que o trabalho de Piketty e colegas constitui o principal expoente (Piketty, 2014) como em resultado dos trabalhos de um amplo conjunto de autores de orientação pós-keynesiana, que se têm debruçado sobre as causas e consequências da repartição funcional (Stockhammer et al, 2008; Hein, 2014; Onaran e Galanis, 2014; Blecker, 2016; Onaran e Guschanski, 2018) e que incluem também alguns representantes em Portugal (Oliveira, 2013; Barradas e Lagoa, 2017; Barradas, 2019).

Neste contexto, este artigo pretende contribuir para o debate acerca da repartição funcional do rendimento na economia portuguesa através de uma análise da sua evolução nas últimas seis décadas e da sua relação com um conjunto de variáveis macroeconómicas de natureza conjuntural enquanto determinantes próximas dessa evolução. Para tal, está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a secção 2 discute brevemente o interesse da análise da repartição funcional do rendimento e a sua ligação com alguns outros debates da teoria e análise económicas; a secção 3 descreve em traços gerais a evolução da repartição funcional do rendimento na economia portuguesa nas décadas desde 1960 e as suas principais tendências ao longo do tempo; a secção 4 procede a um conjunto de análises bivariadas, multivariadas e de estabilidade estrutural a fim de contribuir para a melhor compreensão dos fatores determinantes dessa evolução; e a secção 5 enuncia as principais conclusões.

## 2. A REPARTIÇÃO FUNCIONAL NA LITERATURA ECONÓMICA

Num artigo publicado há cerca de uma década, Atkinson (2009: 3) afirmou existirem três bons motivos para estudarmos a repartição funcional do rendimento: (i) porque esta permite estabelecer uma ligação entre a contabilidade nacional e os rendimentos dos agregados familiares; (ii) porque permite compreender melhor a desigualdade interpessoal; e (iii) porque responde à preocupação generalizada para com a justiça social, entendida enquanto equilíbrio entre os rendimentos de diferentes tipos.

A estas três razões, poder-se-á acrescentar o facto da repartição funcional ter, pelo menos para algumas correntes do pensamento económico, implicações importantes ao nível das dinâmicas de procura agregada, investimento e crescimento económico. Esta ideia é

especialmente importante para as abordagens keynesianas e pós-keynesianas, segundo as quais a repartição funcional do rendimento influencia decisivamente o dinamismo da procura agregada. Esse efeito ocorre por via das diferentes propensões ao consumo, à poupança e ao investimento que caracterizam não só os diferentes estratos de rendimento como também as diferentes classes sociais. Trata-se de uma tradição de análise que remonta à década de 1930, com Keynes (1938) e Kalecki (1939) e que encontra atualmente expressão na agenda de investigação pós-keynesiana em torno dos regimes de procura *wage-led* e *profit-led* (Hein, 2014; Blecker, 2016).<sup>1</sup>

A par das consequências da repartição funcional do rendimento, também a questão dos seus determinantes tem sido objeto de reflexão teórica e investigação empírica ao longo da história do pensamento económico. No que a esta questão diz respeito, as principais explicações avançadas ao longo do tempo relacionam-se de forma próxima com os principais quadros interpretativos da teoria económica e incluem a hipótese neoclássica da remuneração dos fatores produtivos segundo as respetivas produtividades marginais; a hipótese marxista da tendência para a pauperização da classe trabalhadora; a ideia kaleckiana da determinação da parte dos lucros pelo grau de concentração monopolista da economia; e a tese keynesiana da centralidade da taxa de investimento e das diferentes propensões à poupança por parte de trabalhadores e capitalistas para a determinação da repartição funcional (Kaldor, 1955; Dünhaupt, 2013).

Durante boa parte do século XX, porém, o debate em torno desta questão foi relegado para um lugar relativamente secundário. Para isso terá contribuído principalmente o facto de entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, em economias como a norte-americana e a inglesa (para as quais existiam dados de contabilidade nacional que suportassem a análise), as partes dos salários e dos lucros no rendimento nacional terem-se destacado por uma notável estabilidade ao longo do tempo. Esta estabilidade empírica era de tal ordem que levou a que a constância das partes das remunerações dos diversos fatores produtivos no rendimento nacional fosse apelidada por Paul Samuelson, na sexta edição norte-americana do manual *Economia*, de “lei de Bowley”<sup>2</sup> e a que fosse incluída por Kaldor na sua famosa lista de factos estilizados do crescimento económico publicada em inícios da década de 1960 (Kaldor, 1961; Krämer, 2011). Certamente, uma tão notável estabilidade empírica durante um tão longo período de tempo não terá deixado de contribuir para que se generalizasse a ideia que pouco haveria a analisar ou explicar no que à repartição funcional diz respeito.

Contudo, esta estabilidade viria a revelar-se mais contingente do que a designação de “lei” poderia fazer supor, sendo substituída, nas décadas posteriores a 1970, por uma tendência generalizada de declínio da parte dos salários no rendimento na grande maioria das economias avançadas (Hein, 2014). Esta evolução nas décadas mais recentes veio então estimular a emergência de uma nova vaga de análise empírica e produção teórica em torno da repartição funcional do rendimento, com destaque para os trabalhos contemporâneos de

<sup>1</sup> Estas expressões designam regimes macroeconómicos em que a procura agregada e o crescimento económico são positivamente influenciadas por, respetivamente, alterações da repartição do rendimento em favor dos salários (*wage-led*) ou em favor dos lucros (*profit-led*).

<sup>2</sup> Designação com que Samuelson pretendia homenagear o economista e estatístico inglês Arthur Bowley, o qual, já na década de 1920, assinalara a estabilidade da repartição funcional do rendimento (Krämer, 2011).

inspiração pós-keynesiana. As principais hipóteses explicativas avançadas e empiricamente investigadas neste contexto têm apontado principalmente para fatores determinantes de caráter estrutural, como a financeirização, a mudança tecnológica, a globalização e o *off-shoring* da produção, a liberalização dos mercados de trabalho e outras políticas de cariz neoliberal ou a transformação da estrutura setorial da economia (Stockhammer et al, 2008; Dünhaupt, 2013; Hein, 2014; Onaran e Galanis, 2014; Blecker, 2016; Onaran e Guschanski, 2018).

Em Portugal, o interesse pela questão da repartição funcional do rendimento registou um primeiro pico na década de 1960, incluindo trabalhos como os de Murteira (1963), Carvalho e Moura (1964), Carvalho (1969) ou Cruzeiro e Borrego (1966), que procuraram chegar às primeiras conclusões sobre este tema a partir de dados que eram então ainda escassos e fragmentários. Mais tarde, Silva (1984: 271) procede a uma atualização deste debate tendo já em conta as dinâmicas de evolução do período revolucionário e dos anos que se lhe seguiram e assinalando desde logo a tendência para a redução gradual da parte dos salários no rendimento ao longo da década de 1970 e início da década de 1980. Depois disso, porém, os trabalhos sobre este tema parecem tornar-se escassos se não mesmo inexistentes durante largos anos, não voltando a registar-se um novo pico de interesse até muito mais recentemente, com o aparecimento de trabalhos como os de Oliveira (2013), Barradas e Lagoa (2015, 2017), Barradas (2019) e Lopes et al. (2019).

### 3. A REPARTIÇÃO FUNCIONAL DO RENDIMENTO EM PORTUGAL: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

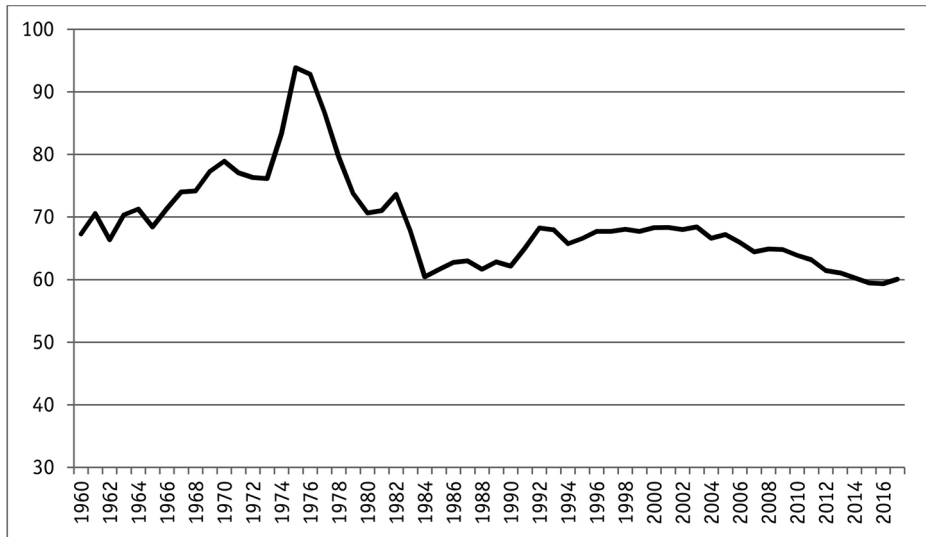
A análise da evolução da repartição funcional em Portugal que aqui propomos inicia-se em 1960, ano tradicionalmente associado ao início da industrialização tardia da economia portuguesa e que é também o ano inicial de referência para os dois estudos fundamentais sobre a economia portuguesa da autoria de Lopes (1999) e Reis (2018).<sup>3</sup> Para representar a repartição funcional, optamos por recorrer à variável “percentagem ajustada das remunerações no PIB a custo de fatores”, apresentada, para o período entre 1960 e 2017, na Figura 1.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> 1960 é também o ano inicial da maioria das séries disponibilizadas pela principal fonte a que recorremos – a base de dados macroeconómica da Comissão Europeia, AMECO – ainda que outras fontes, nomeadamente as Séries Longas do Banco de Portugal, disponibilizem dados do PIB na ótica do rendimento um pouco anteriores (com início em 1953).

<sup>4</sup> Trata-se da parte salarial *ajustada* (“*adjusted wage share*”), no sentido em que, para além das remunerações dos trabalhadores dependentes, também uma parte dos rendimentos dos trabalhadores independentes (os chamados “rendimentos mistos”) é considerada para efeitos de cálculo da parte dos salários no rendimento, de modo a representar mais fielmente a evolução do conjunto dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, opta-se pela utilização da série a custo de fatores, i.e. não considerando os impostos líquidos sobre a produção, de modo a que a soma dos rendimentos do trabalho e do capital totalize 100%. A fonte dos dados é a base de dados macroeconómica da Comissão Europeia, AMECO.

Figura 1: Remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, Portugal, 1960-2017



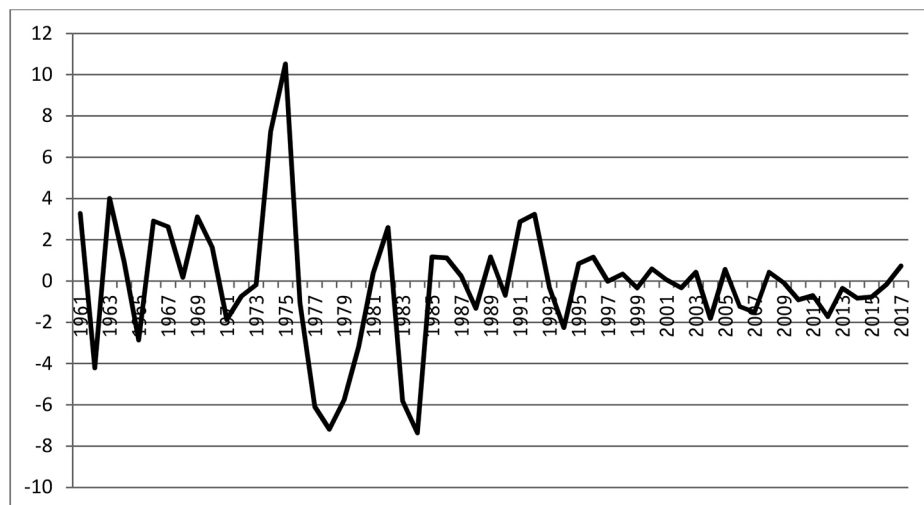
Fonte: AMECO.

Os aspetos mais salientes que resultam da observação desta figura incluem:

- a tendência crescente, ainda que irregular, da parte dos salários ao longo da década de 1960 e primeira metade da década de 1970;
- o forte aumento registado em 1974 e 1975, anos em que os salários chegam a representar mais de 90% do rendimento a custo de fatores;
- as fortes quebras registadas entre 1976 e 1980 e entre 1982 e 1984;
- a recuperação gradual mas efetiva entre meados da década de 1980 e o início dos anos 2000; e
- a quebra muito significativa registada na última década e meia, com especial intensidade no período da crise de 2009 em diante.

Por sua vez, a observação da variação anual desta mesma variável (Figura 2) permite concluir que a intensidade das flutuações da parte dos salários no PIB tem vindo a reduzir-se ao longo do tempo: o período até meados da década de 1990 caracteriza-se por uma muito acentuada volatilidade, especialmente na década de 1970, enquanto que da década de 1990 em diante entramos num período de maior estabilidade, com variações anuais muito menos acentuadas.

Figura 2: Variação anual em pontos percentuais das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, Portugal, 1961-2017



Fonte: Cálculos do autor com base em dados da AMECO.

Os aspetos mais salientes referidos nos parágrafos anteriores podem ser relacionados com diversos elementos conhecidos da história portuguesa contemporânea. A tendência crescente ao longo da década de 1960 pode ser relacionada, seguindo Reis (2018), com a necessidade então sentida de aumentar a base salarial como forma de alimentar a procura e evitar o colapso do processo incipiente e relativamente tardio de crescimento e industrialização. Por sua vez, o forte aumento da parcela dos salários em 1974 e 1975 está diretamente relacionado com o contexto pós-revolucionário, com o processo de democratização da economia que este permitiu e, em particular, com a introdução de elementos como o salário mínimo nacional, os 14 meses de remuneração, as carreiras salariais (algumas das quais com progressão automática), a remuneração do trabalho extraordinário e a introdução de remunerações suplementares, a par das nacionalizações e da participação de trabalhadores nos órgãos de gestão de muitas empresas – desenvolvimentos que concorreram no sentido da alteração da relação de forças em favor dos trabalhadores (Varela, 2014).

Em contrapartida, nos períodos de forte redução relativa da componente salarial que se seguiram, no final da década de 1970 e início da década de 1980, os fortes recuos verificados tiveram principalmente lugar não por via de retrocessos institucionais ou reduções nominais dos salários, mas através de reduções dos salários reais devido a níveis de inflação bastante superiores aos aumentos nominais dos salários. Isso foi possível devido à conjugação dos níveis de inflação muito elevados registados em Portugal nesta época com a relativa rigidez nominal dos salários, em vários anos imposta politicamente através de tetos salariais. Em 1977, por exemplo, o governo impôs um teto salarial de 15%, tendo a inflação atingido 27% (CGTP-IN, 2008).

Mais recentemente, assistimos por um lado a um período de crescimento significativo da parte salarial entre 1990 e 1993, anos que correspondem à fase final de um ciclo de crescimento importante, e, de há cerca de uma década e meia para cá, à consolidação de uma tendência mais longa de decréscimo da parte dos salários, num período caracterizado pela participação de Portugal na moeda única e pela consolidação de um padrão de baixo crescimento alternado com recessão, baixa inflação, desemprego relativamente elevado e forte endividamento externo. Essa tendência só haveria de começar a ser invertida em 2017, no contexto da recente retoma económica, altura em que a parte dos salários no rendimento retomou uma trajetória de limitado crescimento.

#### 4. DETERMINANTES CONJUNTURAIS DA EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO FUNCIONAL, 1960-2017

A natureza diversa dos processos político-económicos concretos que acabamos de referir, ainda que de forma muito resumida, tem como consequência que a evolução da repartição funcional do rendimento não apresente uma relação simples com a conjuntura macroeconómica ao longo das seis décadas do período em análise. A fim de verificar isso mesmo e contribuir para um melhor conhecimento acerca dos determinantes conjunturais da repartição funcional do rendimento na economia portuguesa, esta secção procede a um conjunto de análises bivariadas e multivariadas da evolução temporal da parte ajustada dos salários no PIBcf a par da da taxa de crescimento real do PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação.

Especificamente, a variável dependente considerada é a variação anual da parte ajustada dos salários no PIBcf, i.e., em quantos pontos percentuais esta aumenta ou diminui de um ano para o outro. Isso relaciona-se com a ideia que a conjuntura macroeconómica não determina diretamente o *nível* da parte dos salários no rendimento mas a sua *evolução* relativamente ao período anterior, pressionando-a em alta ou em baixa – uma vez que os salários não são determinados *ex nihilo* a cada ano, antes evoluindo a partir do seu nível do ano anterior.

Por sua vez, a escolha das variáveis explicativas de tipo conjuntural consideradas (taxa de crescimento real do PIB, taxa de inflação, taxa de desemprego) relaciona-se com as seguintes hipóteses:

- (i) em presença de rigidez real dos salários, a parte dos salários no rendimento é tendencialmente contracíclica, isto é, a correlação entre a variação da parte dos salários no rendimento e a taxa de crescimento real do PIB é negativa;
- (ii) em face de rigidez nominal dos salários, a parte dos salários no rendimento tende a estar negativamente associada à inflação, isto é, a correlação entre a variação da parte dos salários no rendimento e a taxa de inflação é negativa;
- (iii) em virtude do efeito disciplinador do desemprego sobre a força de trabalho, a parte dos salários no rendimento tende a estar negativamente associada à taxa de desemprego, isto é, a correlação entre a variação da parte dos salários no rendimento e a taxa de desemprego é negativa.

Analisando a associação estatística entre a parte ajustada dos salários no rendimento e cada uma destas variáveis macroeconómicas para a totalidade do período 1961-2017, verificamos, na Tabela 1, que o sentido das correlações é efetivamente tal como previsto nas hipóteses acima enunciadas. Porém, tanto a intensidade como a significância estatística das associações são diminutas: a correlação negativa com a taxa de desemprego é a única estatisticamente significativa a  $\alpha = 0,05$  e mesmo para esta a intensidade da associação é relativamente baixa ( $r = -0,335$ ).

Tabela 1: Correlações bivariadas entre a variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, taxa de inflação, taxa de desemprego e taxa de crescimento real do PIB, Portugal, 1961-2017

Variação Anual (parte dos salários)		Taxa de inflação	Taxa de desemprego	Taxa de crescimento real do PIB
	Pearson correlation	-0.193	-.335*	-0.226
	Signif. (2-tailed)	0.15	0.011	0.091
	N	57	57	57

Nota: \* indica correlação significativa a 0.05 (2-tailed).

Fonte: Cálculos do autor com base em dados da AMECO e INE.

Como seria de esperar em vista disto mesmo, a associação multivariada entre a variável dependente e estas três variáveis independentes em termos de regressão linear múltipla é também bastante fraca (Tabela 2). Num modelo de regressão linear múltipla com a seguinte forma:

$$\Delta(ws_t - ws_{t-1}) = \beta_0 + \beta_1 g_t + \beta_2 u_t + \beta_3 \pi_t + e_t,$$

em que  $\Delta(ws_t - ws_{t-1})$  = Variação Anual (parte dos salários),  $ws_t$  = parte ajustada das remunerações no PIBcf;  $g_t$  = taxa de crescimento real do PIB;  $u_t$  = taxa de desemprego e  $\pi_t$  = taxa de inflação, as três variáveis independentes explicam conjuntamente apenas cerca de 42% da variância total da variável independente ( $R^2$ ) no período em análise globalmente considerado, se assumirmos um modelo invariante ao longo do tempo.



Tabela 2: Resultados da regressão linear múltipla entre a variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, taxa de inflação, taxa de desemprego e taxa de crescimento real do PIB, Portugal, 1961-2017

Resumo do modelo						
Modelo		R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	
1		.650	0.423	0.39	2.37792	

Coeficientes						
Modelo		<i>Unstandardized Coefficients</i>		<i>Standardized Coefficients</i>	t	Signif.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	6.657	1.138		5.85	0
	Taxa desemprego	-0.615	0.11	-0.717	-5.608	0
	Taxa inflação	-0.087	0.04	-0.228	-2.164	0.035
	Taxa crescimento real PIB	-0.549	0.114	-0.612	-4.808	0

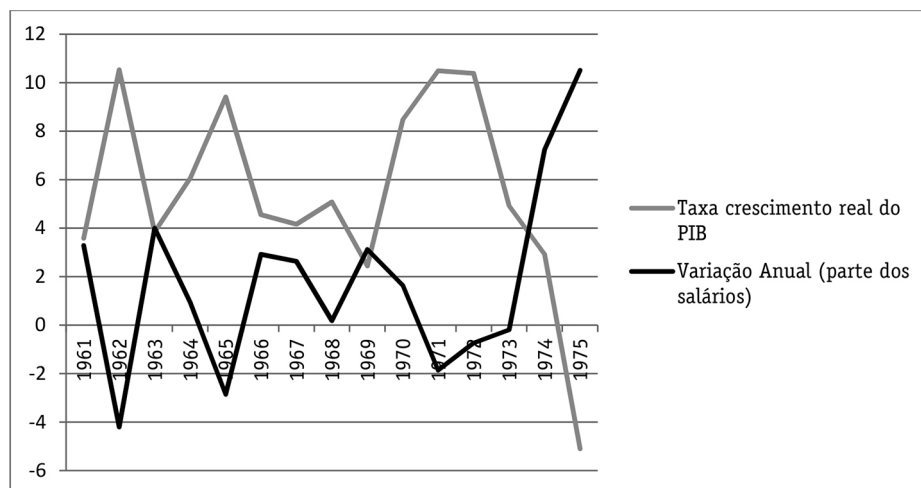
Notas: Variável dependente: variação anual, parte dos salários. Predictors: taxa crescimento real PIB, taxa de inflação, taxa desemprego.

Porém, estas associações estatísticas relativamente débeis para o período como um todo ocultam algumas relações muito fortes e significativas em diferentes subperíodos. Isto torna-se claro quando analisamos separadamente três subperíodos distintos: 1960-1975; 1976-1996; e 1997-2017.

### ***a) 1960-1975***

O período 1960-1975 caracteriza-se por uma muito forte associação negativa entre a evolução da parte dos salários no rendimento e a taxa de crescimento real do PIB. Esta associação negativa forte e altamente significativa é claramente identificável através da simples observação da evolução das duas variáveis na Figura 2. Pode ser interpretada como traduzindo um nível muito elevado de rigidez salarial real: a configuração institucional do mercado de trabalho e o equilíbrio de forças nas relações laborais é de tal forma que os salários têm muito pouca capacidade de se apropriar dos ganhos de produtividade, ainda que, em contrapartida, sejam também relativamente imunes às consequências negativas dos períodos de menor crescimento.

Figura 3: Variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf e taxa de crescimento real do PIB, Portugal, 1961-1975



Estatisticamente, esta associação reflete-se numa correlação bivariada entre a variação da parte dos salários e a taxa de crescimento real no período em questão de  $-0,905$ , significativa a  $\alpha = 0,01$  (Tabela 3). Já a taxa de inflação e a taxa de desemprego exibem associações com a parte dos salários não significativas, refletindo a sua relativa irrelevância como determinantes da repartição funcional neste período.

Tabela 3: Correlações bivariadas entre a variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, taxa de inflação, taxa de desemprego e taxa de crescimento real do PIB, Portugal, 1961-1975

		Taxa de inflação	Taxa de desemprego	Taxa de crescimento real do PIB
Variação Anual (parte dos salários)	Pearson correlation	.493	.376	-.905**
	Signif. (2-tailed)	.062	.167	.000
	N	15	15	15

Nota: \* (\*\*) indica correlação significativa a 0.05 (0.01), 2-tailed.

### b) 1976-1996

No período 1976-1996, a associação negativa entre a variação da parte dos salários e a taxa de crescimento real do PIB desaparece completamente, enquanto outra variável conjuntural emerge como determinante fundamental da evolução da parte dos salários: a taxa de inflação. Neste período, a evolução da parte dos salários no rendimento está forte e negativamente associada com a evolução do nível dos preços, refletindo a conjugação de rigidez salarial nominal com níveis historicamente elevados de inflação. Por outras palavras, a regulação da repartição funcional é neste período determinada essencialmente por via da inflação, que assume um papel central na erosão da parte dos salários no rendimento (Figura 4). Este mecanismo mostrou-se especialmente eficaz no final da década de 1970 e início de década de 1980, período em que a inflação atingiu níveis historicamente elevados em Portugal.

Figura 4: Variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf e taxa de inflação, Portugal, 1976-1996



A análise das correlações bivariadas e respetiva significância estatística, na Tabela 4, comprova estas mesmas conclusões: repare-se na associação fortemente negativa ( $r = -0,618$ ) e estatisticamente significativa ( $p\text{-value}: 0,003$ ) da taxa de inflação com a variação da parte dos salários entre 1976 e 1996, ao mesmo tempo que a taxa de crescimento real do PIB deixa de ter qualquer relação relevante.

Tabela 4: Correlações bivariadas entre a variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, taxa de inflação, taxa de desemprego e taxa de crescimento real do PIB, Portugal, 1976-1996

		Taxa de inflação	Taxa de desemprego	Taxa de crescimento real do PIB
Variação Anual (parte dos salários)	Pearson correlation	-.618**	-.414	-.060
	Sig. (2-tailed)	.003	.062	.796
	N	21	21	21

Nota: \* (\*\*) indica correlação significativa a 0.05 (0.01), 2-tailed.

### c) 1997-2017

No último dos subperíodos considerados (1997-2017), a taxa de inflação e a taxa de crescimento real do PIB tornam-se relativamente irrelevantes como determinantes conjunturais, passando a exibir associações estatísticas fracas e não significativas com a evolução da parte dos salários, enquanto que a taxa de desemprego assume-se como determinante central, com uma correlação fortemente negativa com essa variável ( $r=-0,516$ ,  $p\text{-value}=0,017$ ) (Figura 5 e Tabela 5).

Figura 5: Variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf e taxa de desemprego, Portugal, 1997-2017

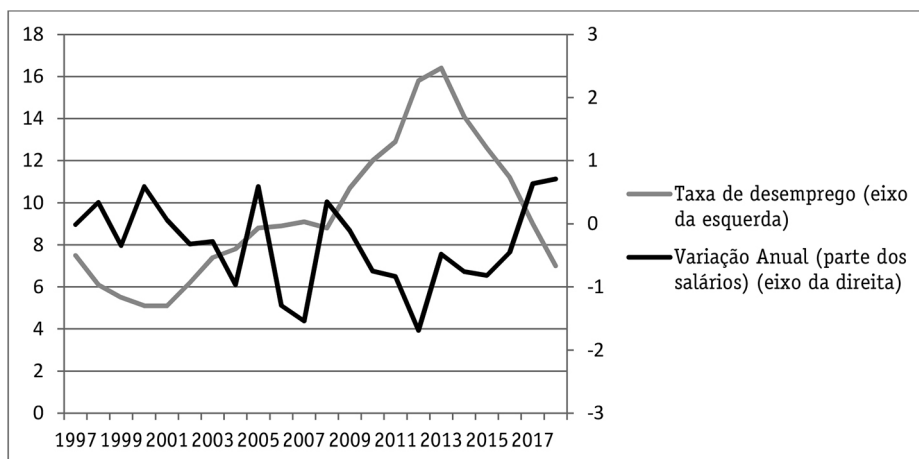


Tabela 5: Correlações bivariadas entre a variação anual das remunerações em percentagem ajustada do PIBcf, taxa de inflação, taxa de desemprego e taxa de crescimento real do PIB, Portugal, 1997-2017

		Taxa de inflação	Taxa de desemprego	Taxa de crescimento real do PIB
Variação Anual (parte dos salários)	Pearson correlation	.023	-.516*	.384
	Signif. (2-tailed)	.920	.017	.086
	N	21	21	21

Nota: \* (\*\*) indica correlação significativa a 0.05 (0.01), 2-tailed.

Estes resultados apoiam a hipótese de que, neste último período, a regulação da repartição funcional do rendimento é fundamentalmente levada a cabo através de mecanismos relacionados com a economia política do desemprego enquanto mecanismo disciplinador, como aliás se verificou com especial intensidade no período da crise de 2009 em diante. Repare-se, entretanto, que este padrão tem já uma natureza essencialmente procíclica (menos desemprego → aumento da parte dos salários no rendimento), em claro contraste com a natureza fortemente contracíclica do regime de regulação atrás identificado para o período 1960-1975.

#### ***d) Quebras de estrutura***

A fim de testar adicionalmente a hipótese de uma transição entre sucessivos regimes de regulação da repartição funcional na economia portuguesa no período em análise, sujeitámos o modelo referido no início desta secção a um conjunto de testes de estabilidade estrutural. O modelo de regressão linear já referido no início desta secção assume a forma:

$$\Delta(ws_t - ws_{t-1}) = \beta_0 + \beta_1 g_t + \beta_2 u_t + \beta_3 \pi_t + e_t,$$

com  $ws_t$  = parte ajustada das remunerações no PIBcf;  $g_t$  = taxa de crescimento real do PIB;  $u_t$  = taxa de desemprego e  $\pi_t$  = taxa de inflação.

O teste de estabilidade utilizado é o teste de Chow para quebras de estrutura, que permite testar a hipótese nula do verdadeiro modelo de regressão linear subjacente aos dados ser invariante nos diversos subperíodos (i.e.,  $H_0$ : ausência de quebra de estrutura).

Aplicando este teste a possíveis quebras de estrutura em 1976 e 1997, verificamos, na Tabela 6, que os resultados permitem rejeitar inequivocamente a hipótese nula de estabilidade estrutural em 1976 (*p-value* inferior a 0,01). Em contrapartida, o teste de Chow não permite rejeitar a hipótese nula de ausência de quebra de estrutura em 1997 (o *p-value* é de cerca de 0,07).

Tabela 6: Testes de Chow à existência de quebras de estrutura em 1975 e 1997 no modelo de regressão linear considerado

Ano de possível quebra de estrutura	Estatística de teste de Chow (F)	Valor crítico, $\alpha = 0,05$ (F)	Valor crítico, $\alpha = 0,01$ (F)	<i>p-value</i>	Conclusão
1976	7,37	2,54	3,74	<0,01	H0 rejeitada**
1997	2,39	2,54	3,74	~0,07	H0 não rejeitada

Em nosso entender, porém, a ausência de fundamentação estatística inequívoca à hipótese de quebra de estrutura em 1997 não deve ser interpretada como refletindo o facto dos períodos anterior e posterior a esse ano não serem suficientemente distintos em termos estruturais, mas antes como uma consequência da transição entre os dois regimes de regulação ocorrer ao longo de um período relativamente prolongado e não de um ano para o outro em 1997. Isso mesmo é comprovado pelo facto da aplicação do mesmo teste de Chow à hipótese de estabilidade estrutural entre os períodos 1976-1990 e 2001-2017 (i.e., admitindo que a década de 1990 corresponde a um período de transição, não devendo ser incluída em nenhum dos subperíodos anterior ou posterior) levar-nos já a rejeitar a hipótese nula do verdadeiro processo implícito ser o mesmo para um nível de significância  $\alpha = 0,05$  (o *p-value* é cerca de 0,02).

## 5. CONCLUSÕES

Os resultados apresentados na secção anterior apoiam a ideia que a evolução da repartição funcional do rendimento na economia portuguesa pode ser dividida em três períodos claramente distintos, correspondentes a três regimes diferentes de regulação dessa mesma repartição funcional:

- um primeiro período, entre 1960 e a instauração da democracia, em que a parte dos salários no rendimento apresenta características muito fortemente contracíclicas, possivelmente atribuíveis à forte rigidez real dos salários, nomeadamente em resultado do apertado controlo político e corporativo no final da ditadura;
- um segundo período, entre 1976 e a década de 1990, em que prevalecem mecanismos de regulação da repartição salarial através da inflação, por sua vez atribuíveis à conjugação entre rigidez salarial nominal e níveis historicamente elevados de variação média dos preços; e
- um terceiro período, correspondente às décadas mais recentes, em que o mecanismo fundamental de regulação da repartição funcional do rendimento é o desemprego, passando a regulação da repartição funcional do rendimento a assumir características procíclicas.

Embora a delimitação precisa dos momentos de transição entre estes três regimes seja discutível (especialmente entre o segundo e o terceiro, como vimos em cima), as análises estatísticas atrás realizadas mostram diferenças muito claras em termos da intensidade e significância das relações entre a variável dependente e as três variáveis independentes em cada um dos três subperíodos.

Estes resultados apoiam assim a hipótese de que as variáveis macroeconómicas conjunturais são determinantes próximas relevantes da evolução da repartição funcional do rendimento, bem como a hipótese de que, na economia portuguesa, as últimas seis décadas caracterizam-se pela sucessão no tempo de diferentes regimes de regulação dessa mesma repartição funcional, dependentes do contexto institucional e macroeconómico vigente em cada momento. Em cada um destes regimes, prevalecem sucessivamente a regulação da repartição funcional pelo crescimento económico (de forma contracíclica), pela inflação e pelo desemprego (de forma procíclica).

Estas conclusões são consentâneas com as alcançadas recentemente noutros contextos: Botelho (2018), por exemplo, identifica igualmente na economia norte-americana uma transição de um comportamento contracíclico para procíclico da parte dos salários no rendimento nas últimas três décadas. Assinale-se, finalmente, que estes resultados são logicamente consistentes com a hipótese da repartição funcional ser fortemente influenciada por fatores estruturais como as tendências para a liberalização e flexibilização do mercado de trabalho enquanto causas profundas, na medida em que estas tendências constituem uma boa hipótese explicativa da transição de um regime contracíclico para um regime procíclico de regulação da parte dos salários no rendimento.

## REFERÊNCIAS

- Atkinson, A. (2009) Factor shares: The principal problem of political economy? *Oxford Review of Economic Policy*, 25(1), 3-16.
- Barradas, R. (2019) Financialization and neoliberalism and the fall in the labor share: A panel data econometric analysis for the European Union countries. *Review of Radical Political Economics*, 1-35.
- Barradas, R.; Lagoa, S. (2017) Functional income distribution in Portugal: The role of financialisation and other related determinants. *Society & Economy*, 39(2), 183-212.
- Blecker, R. (2016) Wage-led versus profit-led demand regimes: the long and the short of it. *Review of Keynesian Economics*, 4(4), 373-390.
- Botelho, V. (2018) The structural shift in the cyclicalities of the labor income share for the United States, mimeo, Duke University, disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/557c/e2b57e59ebbf032fcf1b6c1f817d740ab2de.pdf> [consultado em 15/12/2019].
- Carvalho, O. (1969) Aspectos da repartição do rendimento em Portugal: Análise no período dos I e II Planos de Fomento. *Análise Social*, 7(27/28), 584-631.
- Carvalho, O. Moura, J. (1964) A repartição do rendimento em Portugal Continental. *Análise Social*, 2(7/8), 720-746.
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses–Intersindical (CGTP-IN) (2008) *As desigualdades em Portugal*, Documento de Apoio ao X Congresso da CGTP-IN, disponível em : [http://www.cgtp.pt/congressos/xicongresso/index.php%3Foption=com\\_content&task=view&id=66&Itemid=189](http://www.cgtp.pt/congressos/xicongresso/index.php%3Foption=com_content&task=view&id=66&Itemid=189) [consultado em 25/06/2019].
- Cruzeiro e Borrego (1966) Estrutura e tendências da repartição funcional do rendimento português. *Análise Social*, 4(15), 421-483.
- Dünhaupt, P. (2013) Determinants of functional income distribution: Theory and empirical evidence, Global Labour University Working Paper 18, International Labour Office, Geneva.
- Hein, E. (2014) *Distribution and Growth after Keynes: A Post-Keynesian Guide*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Kaldor, N. (1961) Capital accumulation and economic growth, in Hague D.C. (eds) *The Theory of Capital*, London, Palgrave Macmillan.
- Krämer, H. (2011) Bowley's Law: The diffusion of an empirical supposition into economic theory. *Cahiers d'économie Politique/Papers in Political Economy*, 2011/2 (61), 19-49.
- Lopes, J. (1999) *A economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- Lopes, J.; Coelho, J.; Escária, V. (2019) *Labour productivity, wages and the functional distribution of income in Portugal: A sectoral approach*, Working Paper REM 2019/91, ISEG - Lisbon School of Economics and Management, REM, Universidade de Lisboa.
- Murteira, M. (1963) Aspectos recentes da repartição do rendimento em Portugal. *Análise Social*, 1(3), 402-422.
- Oliveira, A. (2013) O aumento da quota salarial em Portugal: Que efeitos? Dissertação de Mestrado em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Onaran, O.; Galanis, G. (2014) Income distribution and growth: A global model. *Environment and Planning*, 46, 2489-2513.
- Onaran, O.; Guschanski, A. (2018) The causes of falling wage share: sectoral and firm level evidence from developed and developing countries: What have we learned?, *Greenwich Papers in Political Economy* 19373, University of Greenwich, Greenwich Political Economy Research Centre.
- Piketty, T. (2014) *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge, MA, Harvard University Press.



- Reis, J. (2018) *A economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1960-2017)*, Coimbra, Almedina.
- Ricardo, D. (2001) [1817] *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Kitchener, Batoche Books.
- Sandmo, A. (2015) The principal problem in political economy: Income distribution in the history of economic thought, in Atkinson, A.; Bourguignon, F. (eds.), *Handbook of income distribution*, 2A, Amsterdam, Elsevier, North-Holland, 3-65.
- Silva, M. (1984) A repartição do rendimento em Portugal no pós Abril 74: Tópicos para um debate. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 269-279.
- Stockhammer, E.; Onaran, O.; Ederer, S. (2008) Functional income distribution and aggregate demand in the Euro area. *Cambridge Journal of Economics*, 33(1), 139–159.
- Varela, R. (2014) Ruptura e pacto social em Portugal (1974-2012). *História & Perspectivas*, 26(49), 335-368.